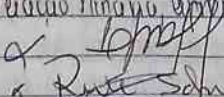






fado econômico da empresa sobre o benefício e sobre a importância da restituição da  
 Alcatraz, enfatizando que a maioria dos trabalhadores daquela Companhia eram residentes em Ca-  
 bo Frio. Disse e seguiu, que no final do mês de domingo próximo passado combara nota  
 sobre a interpretação da Lei sobre a duração da licença que permite a regulamentação daquela lei  
 pela mãe, que tal respeito motivava o empenho de todos os segmentos sociais na luta em pro-  
 do retorno e da empregabilidade da Companhia Nacional de Alcatraz. Deu seu depoimento, agrade-  
 cimentos ao Senador Paulo Joffe, ressaltando seu empenho pela causa da regulamentação da  
 Companhia Nacional de Alcatraz, mencionando discorreu sobre o projeto de lei de sua autoria,  
 dependo sobre a promulgação da licença maternidade de quatro meses para seis meses, su-  
 blinhando que anexo ao mesmo encontrava-se quadro com os municípios onde a licença  
 maternidade pelo período de seis meses já estava em vigor. Adiante, disse que tal projeto  
 não saíra de sua cabeça, mas era um movimento nacional encabeçado pela Anacleto  
 Jureira Sobrinho, cuja militância em favor de tal projeto já acontecia desde o ano de  
 1965. Disse, que os países europeus já haviam adotado o prazo da licença maternidade  
 de cento e oitenta dias, e que era regulamentada pela Organização Mundial de Saúde, visto  
 que fora comprovado com frequência que a criança desmurcha seu útero nos últimos  
 três meses da gravidez, da mãe e paritória etc. o prazo mais de vida. Esclareceu, que  
 também no Brasil foram realizadas pesquisas genéticas e comprovada a importância  
 da licença maternidade de cento e oitenta dias em benefício ao desenvolvimento da crian-  
 ça. Disse ainda, que até mesmo a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) encumpara  
 tal luta. Resumidamente falou os sub-temas do país que afetarem e denegarem  
 plenos direitos do tema. Falou e seguiu do processo de regulamentação do estado projeto des-  
 de, observando que o mesmo se dá em municípios, comunitariamente abrangia  
 todo o país, e mais, que a força esportiva dos movimentos sociais veio de extrema im-  
 portância para a viabilização do mesmo. Disse, que a licença de cento e oitenta dias  
 não onerava as empresas visto que os gastos seriam resutados no momento do re-  
 torno do 195. Adiante, afirmou que a Vereadora Luise Schundt era realmente no de-  
 das direitos das mulheres. Discorreu sobre a luta das mulheres para alcançarem seu espaço  
 na sociedade, afirmando que as mulheres aos poucos conquistaram os lugares do homem  
 com determinação e competência. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua pla-  
 ta. Seguiu, ouve o tribuna o Vereador Alfredo Luis Siqueira Fonseca, que inicialmente se  
 submetera o Vereador Jairo do Santos Mendes pela luta travada visando a regulamentação  
 da Companhia Nacional de Alcatraz. Schundt, comentou sobre reunião com o gerente de  
 humanos de Cabo Frio, sublinhando que no município que se tratava do município

colocaram com longas esperanças nas filas daqueles estabelecimentos. Apimou, que  
 acham deis definindo o tempo máximo de permanência nas filas e ainda as-  
 sim o problema não pra resolvido. Falou da importância de implantação de ba-  
 nhutos, bebedouros, e também assentos para gestantes, deficientes, e idosos nas qua-  
 tras banharias, para maior comodidade de todos. Neste momento o Senhor Presidente  
 te solicitou a paralização da sessão por dez minutos, em decorrência de que uma de-  
 nhora presente na assistência fora acometida por um mal súbito. Após o socorro a  
 mesma, o vereador Alfredo deus Noqueira Goncalves, retomando a palavra rogeu  
 a Deus que deixe tudo certo e haja-se o pronto restabelecimento da Senhora supri-  
 etada. Continuando, reiterou que a reunião com o gerentes dos bancos de Labor-  
 hio, fora o primeiro passo para que o problema fosse diminuido, e ainda, gerx-  
 rio realizada Audiência pública, no sentido de que o tema fosse discutido com a  
 sociedade organizada e representantes do Poder Público. O seguir, conclamou aos  
 nobres Sares, no sentido de que unidos pudessem viabilizar a solução daquele pro-  
 blema, que em muito penalizava a toda a população, no que encerrou sua fala.  
 Não havendo mais dúvidas quanto ao uso do Tribuna, o Senhor Presidente  
 conduziu os trabalhos para a Ordem do dia. Nesta etapa, foi apresentado parecer fa-  
 voravel da Comissão de Políticas Públicas, nos seguintes projetos: Projeto de lei nº  
 061/2007, Projeto de lei nº 040/2007, Projeto de lei nº 050/2007, Projeto de lei nº 046/2007,  
 Projeto de lei nº 053/2007, Projeto de lei nº 058/2007, Projeto de lei nº 063/2007, Projeto  
 de lei nº 066/2007, sendo a seguir, encaminhados para a Comissão de Legislação  
 para que a mesma emita parecer im prazo regimental aos projetos  
 citados. Foram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça para que  
 a mesma emita parecer im prazo regimental nos seguintes projetos: Projeto de  
 lei nº 068/2007, Projeto de lei nº 087/2007. Foram aprovadas as indicações nºs:  
 092/2007, 093/2007, 094/2007, 095/2007, 096/2007, 097/2007, 098/2007, 099/2007, 100/2007,  
 101/2007, 102/2007, 103/2007, 104/2007, 105/2007, 106/2007, 107/2007, 108/2007. Nada mais  
 havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus  
 e, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, seja  
 lida a Apreciação Final, aprovada, sera assinada para que produza seus efeitos  
 legais.

  
 Ruy Schmitt